
Índice de matérias

Índice de abreviaturas e selecção bibliográfica	5
Prefácio – Filosofia do Direito, um saber de que a tribo necessita..	15
Nota dos tradutores	19
Nota do autor.....	21
Apresentação	23
Introdução.....	25

Capítulo I

O conceito de direito

§ 1. Aspectos fundamentais para a formação do conceito.....	29
I. Método e objectivo da formação dos conceitos	29
II. Adequação dos conceitos	31
§ 2. Direito como sistema de regularidades factuais?	33
I. O conceito de direito do positivismo filosófico	33
II. Apreciação crítica.....	35
§ 3. Direito como sistema de comandos?.....	38
I. Ser e dever-ser.....	38
II. Teorias jurídicas neokantianas.....	41
III. A teoria pura do direito	44
§ 4. Direito como ordem normativa concretizada	46
I. Teorias “dialécticas” do direito.....	47
II. Pensamento jurídico institucional	48
III. Realização do direito pela actuação	51

Em especial o problema da validade (“direito e eticidade”)

§ 5. Conceitos de “validade da norma”	55
I. Eficácia e fundamentabilidade normativa	55
II. A validade moral	57
III. A validade ético-social	59
IV. A validade como regra coactiva (“direito garantido”)	63
§ 6. Concursos do direito com obrigações extrajurídicas	70
I. Em geral	70
II. Concurso do dever-ser jurídico com deveres de consciência?	72
III. Concurso do direito com a moral dominante?	73
IV. Resoluções de conflito dentro do direito	74
V. Conflitos não resolvidos	75
VI. Imposição de normas extrajurídicas contra o direito	78
VII. Imposição do direito contra normas extrajurídicas	80

O direito e as realidades

§ 7. A materialidade do direito	84
I. Antecedentes	84
II. A vinculação de princípio do direito às realidades	87
III. Vinculação material da susceptibilidade de produção de efeitos do direito	88
IV. Vinculação material da correcção do direito	90
§ 8. Antecedentes antropológicos	92
I. A abordagem biológica	93
II. O condicionalismo cultural do modo de vida humano	100
III. <i>Animal rationale vel irrationale?</i>	105
§ 9. O condicionalismo do direito por meio das necessidades..	109
I. Ideias fundamentais	109
II. A conversão de interesses em direito	111
III. A insuficiência da perspectiva genética	112
§ 10. Inter-relações entre o direito e os factos sociais	114
I. Influência dos factos sociais sobre o direito	114
II. Influência do direito sobre a realidade social	116
III. Um modelo “cibernético-social”	119

A justiça

§ 11. O problema da legitimação.....	121
I. A inevitabilidade da questão da justiça	121
II. Legitimação na “sociedade aberta”	123
III. Criação experimental de direito.....	131
A. Primeiras propostas de solução tradicionais.....	140
§ 12. O direito natural	140
I. Em geral.....	141
II. A ordem universal racional.....	142
III. A ordem universal divina	143
IV. A natureza do homem.....	145
V. A natureza das coisas	148
VI. Crítica ao direito natural	150
§ 13. A racionalidade histórica	152
I. A doutrina de Hegel	152
II. Apreciação crítica.....	153
§ 14. A maior felicidade do maior número.....	155
I. Ideias fundamentais	155
II. Apreciação crítica.....	157
§ 15. A universalidade das directivas de conduta.....	160
I. Ideias fundamentais	160
II. Apreciação crítica.....	162
§ 16. A igualdade.....	164
I. O princípio da reciprocidade (talião, regra de ouro).....	164
II. Justiça comutativa e justiça distributiva	166
III. Justiça como <i>fairness</i>	171
§ 17. Ideias condutoras determinadas pela cultura.....	174
I. A abordagem ideológica.....	175
II. A concepção do homem no direito	179
III. Objectivos fundamentais da comunidade jurídica.....	183
IV. Orientação pelo sentido na “sociedade aberta”	185
B. O sentido de justiça.....	187
§ 18. Princípios fundamentais.....	187
I. Visão geral	187

II. O exemplo do direito casuístico	191
§ 19. Experiência dos valores	196
I. A abordagem empírica	197
II. Conteúdos da experiência	198
III. Independência da experiência dos valores face à realização de valores	200
IV. A “questionabilidade dos fundamentos” do sentido de valor .	201
§ 20. Bases de um consenso	206
I. Consensualidade de entendimentos de justiça	207
II. Conflitos de fins como factores relativizadores	209
III. Princípios orientadores de consenso da decisão racional.....	210
IV. Garantias institucionais da decisão racional	218
§ 21. As noções dominantes de justiça	220
I. O carácter decisivo das noções dominantes de justiça	220
II. Pontos de referência para as concepções de justiça dominantes	224
III. A relatividade das concepções de justiça dominantes	228
IV. Extravios da moral social	232
§ 22. Decisões “arriscadas”	233
I. A “exiguidade” do sentido de justiça	233
II. Justiça e decisões “de risco”	234

Capítulo V

A segurança jurídica

§ 23. Importância fundamental e formas de manifestação	237
I. A necessidade de segurança de orientação em geral	237
II. Função e componentes da segurança jurídica em particular .	239
III. A clareza e a transparência do direito em particular	241
IV. A continuidade da ordem jurídica em especial.....	243
V. Segurança de orientação através de decisões concretas	246
VI. Segurança de orientação sobre situações concretas juridicamente relevantes	247
§ 24. Norma geral e equidade	249

Capítulo VI

A liberdade

§ 25. O problema da autonomia da vontade	255
I. A questão do determinismo das leis naturais.....	256

II. A questão do determinismo da motivação.....	261
III. A existência positiva da liberdade.....	262
§ 26. A liberdade jurídica	265
I. A reciprocidade da liberdade jurídica	266
II. Variantes da liberdade.....	268
III. O direito como sistema de ordenação racional da liberdade	273

Capítulo VII

A comunidade

§ 27. A estrutura fundamental das comunidades	277
I. Comunidades como estruturas de conduta orientadas por um sentido	277
II. Normas orientadoras da conduta.....	280
§ 28. A comunidade jurídica organizada.....	282
I. Conceito e função de comunidade estadual.....	282
II. A “unidade” da ordem jurídica garantida.....	284
III. Garantias da eficácia jurídica	289

Capítulo VIII

Aspectos jurídico-filosóficos de áreas problemáticas específicas

§ 29. Panorama geral.....	291
I. “Justiça constitucional”	291
II. “Justiça comutativa” e “justiça relacional”	292
III. “Justiça distributiva”	293
IV. “Justiça processual”	294
V. “Justiça penal”	295
§ 30. Justiça constitucional: conformidade com o estado de direito.....	296
I. Conformidade formal e material com o estado de direito.....	296
II. Em especial os direitos fundamentais.....	298
III. Questões de medida	304
§ 31. Justiça constitucional: a separação dos poderes.....	304
I. A divisão dos poderes como problema abrangente	305
II. A divisão de funções jurídicas de regulação no estado	306
§ 32. Justiça constitucional: liderança e direito de participação nas decisões	313
I. Dependência dos governantes do voto favorável	313

II. O exemplo da democracia representativa	315
III. Liderança e direito de cogestão nas empresas e fábricas.....	317
§ 33. Justiça relacional: o contrato.....	319
I. A função da constituição por contrato de relações jurídicas .	319
II. Autonomia e protecção da legítima expectativa.....	320
III. Conteúdos contratuais prefixados e limites à liberdade contratual	323
IV. Relações jurídicas quase contratuais sem contrato	325
§ 34. O equilíbrio entre danos e benefícios.....	326
I. A causação dos danos.....	327
II. Ilegalidade e “previsibilidade”	328
III. Compensação de danos no direito público	331
IV. Compensação de benefícios injustificados.....	332
§ 35. A propriedade.....	334
I. Conceito e função da propriedade	334
II. Vinculação social da propriedade e responsabilidade pela propriedade	339
§ 36. Princípios da justiça procedimental	340
I. Legitimação através do procedimento?.....	341
II. Princípios de um procedimento equitativo	342
§ 37. Problemas da justiça penal.....	346
I. A justificação da pena.....	346
II. A determinação legal da punibilidade.....	352

Capítulo IX

Pensamento jurídico

§ 38. Pensamento conceptual-sistemático.....	355
I. O programa de uma jurisprudência dos conceitos.....	356
II. A inxequibilidade deste programa	358
III. Restantes funções do pensamento sistemático	365
§ 39. Considerações de carácter argumentativo.....	367
I. Pontos de partida metódicos	368
II. Tópica: a arte da “discussão”	373
III. A adequação dos conceitos jurídicos e das normas aos problemas	377
§ 40. Pensamento comparado.....	379
I. Aspectos fundamentais do método	379
II. Campos de aplicação	384
Índice remissivo	387